

O leite para o Oeste Catarinense

Felipe Jochims¹, Clovis Dorigon², Vagner Miranda Portes³

O agronegócio voltado à produção de leite ocupa destacado espaço na economia mundial, representando entre 8,5% e 10,5% do valor total da produção agrícola anual (FAO, 2013). O setor leiteiro brasileiro conquistou lugar de destaque na cadeia pecuária e no cenário econômico do País, passando de uma produção de 15 bilhões de litros por ano nos anos 90 para uma produção superior a 35,6 bilhões de litros em 2014, destacando-se como o quarto produtor mundial (USDA, 2009; EPAGRI, 2015). Esse sistema agroindustrial é um dos mais expressivos do País (CEPEA, 2011), marcado sobretudo pela importância social, pois é fruto da produção familiar (EPAGRI, 2012), cuja produção se caracteriza por ser realizada em pequenas propriedades, o que torna a atividade o principal pilar da agricultura familiar, em especial na Região Oeste, onde se concentra a produção leiteira do Estado.

A formação da cadeia leiteira no Oeste Catarinense

A Mesorregião Oeste de Santa Catarina é formada por 118 municípios, o que representa 40% do número de municípios do Estado. É uma região que abriga 20% da população total e 34% da população rural de Santa Catarina (IBGE, 2010).

No processo de colonização da região áreas de terra foram subdivididas em pequenos lotes, com extensões de aproximadamente 24,2 hectares, então denominadas de “colônias”. Atualmente a área média dos estabelecimentos agropecuários da região é 16,1

hectares e 70% dos estabelecimentos rurais possuem até 20 hectares. Historicamente, as características dos sistemas agrícolas da região foram a associação de lavouras e a criação animal, com destaque para os suínos e as aves. No último levantamento a região contava com 82,1 mil estabelecimentos agropecuários, dos quais 89,4% são compostos por agricultores familiares, percentual bem mais expressivo que o observado no Estado, na Região Sul e no Brasil (IBGE, 2007). Ainda assim, com áreas de pequena extensão territorial e de mão de obra familiar, 96,2% do volume total de leite da Mesorregião Oeste de Santa Catarina é produzido em estabelecimentos com até 100 hectares (IBGE, 2006).

A partir de 1980 as empresas agroalimentares de grande escala iniciaram um intenso processo de concentração da produção de matéria-prima para a avicultura e a suinocultura, levando à exclusão de muitos produtores dessas cadeias produtivas. Tal exclusão gerou o colapso nos sistemas de produção das pequenas propriedades rurais, pois os grãos produzidos eram transformados em ração para os animais, agregando valor e viabilizando economicamente essas unidades de produção. Os dejetos, por sua vez, eram utilizados na adubação das lavouras de milho, fechando assim um ciclo sustentável de produção.

Com isso e com a queda dos preços das *commodities*, especialmente dos grãos, uma grande parcela desses estabelecimentos rurais de base familiar entrou em crise. Nesse ambiente marcado por dificuldades crescentes, os agricultores começaram a buscar novas alternativas para sua reprodução social. Entre as opções possíveis, a atividade

leiteira, que já estava presente em grande parte dos estabelecimentos agropecuários, mas como uma atividade voltada sobretudo à subsistência (leite e queijo para o consumo familiar), passou a ocupar papel de destaque.

A partir de 1990, com a produção de leite revelando-se como uma boa opção e também como a principal fonte de renda das propriedades, a atividade passou a crescer contínua e significativamente. A rápida expansão da atividade leiteira no Oeste Catarinense ocorreu a partir da presença nas propriedades rurais de pequenos rebanhos, que forneciam leite para consumo familiar e para a produção de queijo colonial, cujo excedente do autoconsumo era vendido no mercado informal, em circuitos curtos de mercado, via relações de confiança estabelecidas entre produtores e consumidores.

Essa rápida e expressiva expansão foi facilitada, pois ao ser comparada, por exemplo, com a suinocultura e a avicultura, a bovinocultura leiteira possui menores barreiras econômicas para o início da atividade e possibilita a expansão gradual da escala de produção na propriedade rural. Também, na época, era adequada ao trabalho familiar e à sua tradição histórico-cultural porque possibilitava o uso conservacionista dos recursos naturais e permitia o uso de terras não nobres.

Atualmente, a atividade gera um bom valor agregado para agricultura e permite que a maior parte desse valor seja apropriado pelos agricultores, possibilitando o ingresso mensal de recursos, importante tanto para os agricultores quanto para as pequenas cidades da região. Dada a extensão da cadeia, a produção leiteira exerce

¹ Zootecnista, Dr., Epagri/Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Cepaf), C.P. 791, 89801-970, Chapecó, SC, fone (49) 2049 7510, e-mail: felipejochims@epagri.sc.gov.br.

² Engenheiro-agrônomo, Dr., Epagri/Cepaf, e-mail: cdorigon@epagri.sc.gov.br.

³ Médico-veterinário, Dr., Epagri/Cepaf, e-mail: vagnerportes@epagri.sc.gov.br.

efeito multiplicador sobre a economia regional, permitindo distribuição espacial da indústria (desde pequenas queijarias artesanais até médios/grandes laticínios, que geram empregos e renda bem distribuídos) e firmando-se como uma atividade de grande importância econômica e social na região. Por fim, outra característica importante da cadeia produtiva é o potencial de viabilizar a permanência de um grande número de famílias no meio rural com bons níveis de renda.

Assim, a bovinocultura leiteira se consolidou como opção econômica para ampla maioria de agricultores da Região Oeste, que hoje conta com aproximadamente 51.614 estabelecimentos que produzem leite, 63% de um universo de 82.143 propriedades rurais. São poucas as regiões do Brasil em que a atividade leiteira gera ocupação e renda para contingente tão significativo de estabelecimentos agropecuários por meio de uma só atividade.

Importância e caracterização do sistema agroindustrial do leite para o Oeste Catarinense

Atualmente a produção de leite de Santa Catarina segue uma trajetória de crescimento acentuado e constante, a taxas superiores as observadas em outros estados. De 2000 a 2013, por exemplo, o crescimento da produção catarinense foi de 190%. A partir de 2007, Santa Catarina já passou a ocupar a posição de quinto produtor nacional e em 2014 respondeu por 8,5% da produção brasileira de leite, participação muito acima dos 4,5% de 1990 (EPAGRI, 2015).

Ao se observar os dados mais recentes da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2014), constata-se que essa expansão da produção estadual está estreitamente ligada com o crescimento da atividade leiteira no Oeste

Catarinense (Figura 1). A produção de leite na região passou de 274,7 milhões de litros em 1990, para 2,2 bilhões litros em 2014, aumentando o equivalente a 8 vezes nesse período.

Esse crescimento de produção, acompanhado do aumento do preço aos produtores nos anos recentes, fez com que em 2013 o leite alcançasse a 2ª posição na formação do valor bruto da produção (VBP) da agropecuária catarinense, superado apenas pela carne de frango. Atualmente o Oeste Catarinense responde aproximadamente por 3/4 do total do leite produzido em Santa Catarina (Figura 1). Tal rapidez na reconversão da região demonstra a dinamicidade da agricultura familiar da região e sua capacidade de promover rápidas mudanças produtivas e organizacionais, com agregação de tecnologias e inovações.

Outro dado expressivo é o aumento do número de vacas ordenhadas na região, que saltou de 221.972 em 1990 ▶

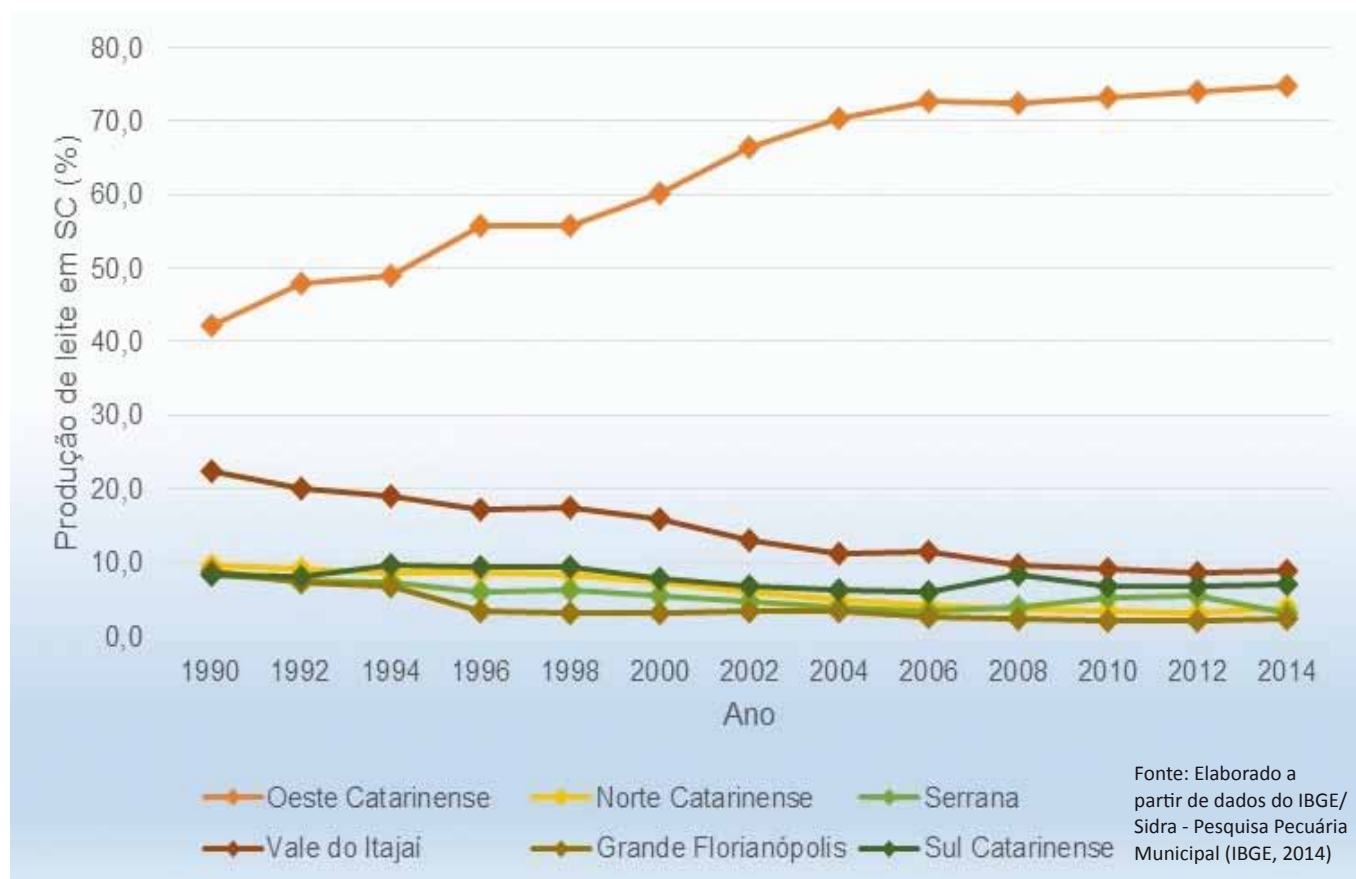


Figura 1. Evolução temporal da produção de leite nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

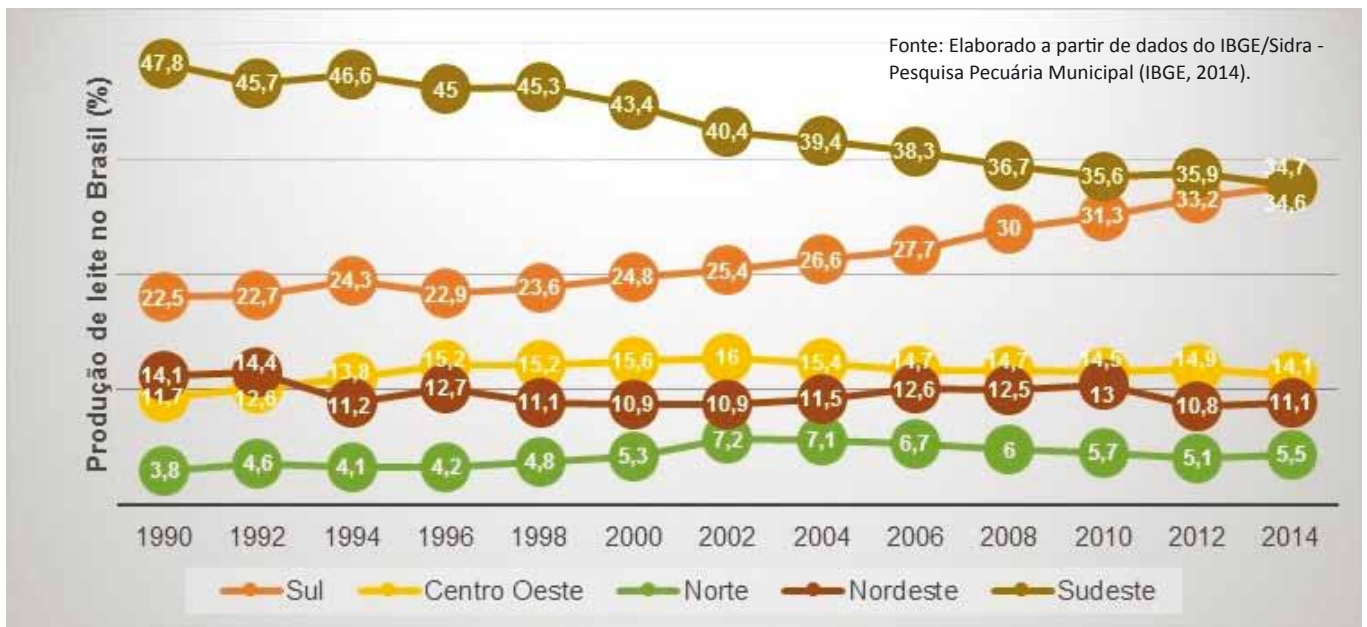


Figura 2. Dinâmica da participação das diferentes regiões na produção total anual de leite no Brasil.

para 729.862 em 2014. Isso equivale a um incremento de 328%. Já a produção por vaca ordenhada passou de 1.200 litros por ano em 1990 para mais de 3 mil litros em 2014, representando aumento de produtividade de 247%. Esse último dado tem especial importância, pois indica um aumento na eficiência de produção, o que demonstra a dinamicidade e a capacidade da agricultura de base familiar da região de incorporar tecnologia.

Essa alta produtividade observada no Oeste Catarinense contribui para que a Região Sul brasileira se torne a mais produtiva em âmbito nacional (Figura 2). Em 2014 a Região Sul foi responsável por 34,7% da produção nacional, ultrapassando a Região Sudeste, que historicamente vinha sendo a mais produtiva do País. Isso fica comprovado ao se constatar que o Oeste Catarinense já é a terceira maior bacia leiteira do Brasil, menor apenas que as bacias leiteiras do noroeste do Rio Grande do Sul e do Triângulo Mineiro. Vale lembrar que essa bacia leiteira catarinense apresenta uma evolução temporal recente comparada às demais.

Outra característica importante do Oeste Catarinense é seu potencial de organizar e planejar sistemas produtivos sustentáveis nos aspectos ambiental, econômico e social. Como

as propriedades têm restrições de área e reduzida mão de obra, o objetivo é produzir leite com o menor custo possível, otimizando os recursos disponíveis. Nesse contexto, o sistema produtivo preconizado é de produção de leite a pasto, no qual o pasto – alimento com menor custo de produção – deve ser a base da alimentação das vacas. Assim, os animais devem buscar na pastagem seu alimento, otimizando o trabalho. A silagem, os fenos e os alimentos concentrados ficam indicados para ser utilizados estrategicamente e somente como complemento à alimentação.

Obviamente que o tipo de sistema de produção adotado reflete nos índices produtivos dos animais. No entanto, mais importante que isso, são os custos de produção do sistema. Mesmo assim, fazendo uma comparação com o Paraná, onde os sistemas produtivos são mais intensivos, com maior demanda de insumos, Santa Catarina se destaca na produção de leite por vaca com uma média de 2.362 L/vaca/ano, sem esquecer que essa produção apresenta custo mais baixo, pois é menos dependente de insumos externos. Se for considerada somente a Região Oeste, esse número já se eleva para aproximadamente 3.000 L/vaca/ano, inferior somente à produção por vaca

da Região Centro-Oriental do Paraná (3.900 L/vaca/ano).

Nos últimos anos, devido ao alto custo das terras, à grande demanda por matéria-prima motivada pelo aumento da capacidade de processamento industrial instalada e à disponibilidade de crédito barato e abundante (BONAMIGO et al., 2014), assiste-se à disseminação de sistemas de criação denominados *Free Stall* e *Compost barns*, nos quais os animais permanecem estabulados permanentemente, recebendo água e alimentação na instalação. Tais sistemas, além de dispendiosos, seguem em direção contrária ao sistema preconizado e mais bem adaptado às condições da grande maioria das propriedades da região. Cabe ainda ressaltar que o custo para a incorporação dessas novas tecnologias exige escalas mínimas de produção para que elas tenham viabilidade econômica, pois esses sistemas demandam expressivos investimentos em instalações, equipamentos e despesas com insumos, especialmente para a alimentação. Os custos se aproximam de certo modo aos modelos de produção de suínos e aves e aos problemas relacionados a essas cadeias, como a grande dependência do milho, aumentando ainda mais o déficit desse grão. Além disso, a necessidade do

aumento do uso de insumos elevaria expressivamente os custos de produção, comprometendo a competitividade dos sistemas produtivos ora existentes. Isso poderia ocasionar a concentração de produção e, conseqüentemente, uma possível exclusão de produtores, especialmente os de menor escala.

Perspectivas para o futuro

A partir dos anos recentes, a produção leiteira passou a se constituir na principal atividade socioeconômica do meio rural no Oeste Catarinense, sendo considerada um dos pilares da agricultura familiar na região. Geograficamente o Oeste Catarinense está centralizado na região de maior produção do Brasil. Juntamente com o noroeste do Rio Grande do Sul e o sudoeste do Paraná, o Oeste Catarinense compõe a chamada “meia lua do leite”, região com perspectivas para crescimentos constantes da produção. Além de conhecer e respeitar os limites do meio ambiente, os produtores têm capacidade de adotar novas tecnologias. E, como se trata de uma cadeia produtiva recente, principalmente no que diz respeito à produtividade dos animais e por área, a região tem grande capacidade de expansão.

O leite é a atividade agrícola que mais cresce no Estado atualmente, além de ser a que tem os maiores ganhos marginais para incorporar, pois quanto maior a produção, menor o custo por unidade e maior a rentabilidade do sistema. Nos últimos anos o crescimento da cadeia leiteira na Região Oeste se aproximou de 300% e o crescimento estadual girou em torno de 190%. Qualquer um desses valores é muito acima da média de crescimento nacional. Embora Santa Catarina seja um exportador de leite para o restante do Brasil, atualmente o País importa mais leite do que exporta. Em 2014 foram importadas pelo Brasil 106 mil toneladas de leite que vieram principalmente da Argentina e do Uruguai. Nesse mesmo ano o País exportou cerca de 83 mil toneladas, principalmente para a Venezuela.

Em 2014 o consumo de lácteos no Brasil foi semelhante à produção nacional (IBGE, 2014) e existe a possibilidade real de redução do consumo de leite e derivados, conseqüência da atual crise econômica em que o País se encontra. Porém, com a recuperação da economia, a tendência é que o consumo de leite e derivados se estabilize em torno de 178 litros de equivalente leite por ano por habitante até 2020, conforme estimado por Rabobank. Além disso, com a melhoria na qualidade do produto, mercados externos se abrem para elevar as exportações nacionais, sendo esse um excelente indicativo de que a cadeia leiteira ainda tem muito espaço para crescer. Isso se torna mais evidente, principalmente na Região Oeste, onde está concentrada a produção, com a instalação de novas unidades beneficiadoras de leite com capacidade de processamento atingindo em torno de 10 milhões de litros/dia.

Santa Catarina já se destaca no cenário nacional por ser um Estado exportador para as demais regiões do Brasil, mas ainda existe um grande potencial para incremento da produção. No entanto, o acesso a esses mercados depende principalmente de um fator: os produtores precisam atingir a excelência sanitária do produto, além de tornar sua produção sustentável social e ambientalmente. Busca-se assim transformar vantagens comparativas naturais (clima, solo) e, especialmente, socioeconômicas (estrutura fundiária, presença de uma agricultura familiar altamente inovadora e competitiva, parque agroindustrial em expansão) em vantagens competitivas.

A região avança na direção da qualidade e no monitoramento de fraudes, com produção a custo competitivo, mas é necessário foco em seguridade na cadeia láctea, o que vem sendo negligenciado e pode acabar se tornando uma barreira para o crescimento do setor leiteiro na região, afetando tanto os grandes laticínios como as agroindústrias familiares. O desafio é continuar nessa direção sem gerar exclusão, evitando escolhas que podem não ser as melhores do ponto

de vista dos interesses regionais, como ocorreu no passado recente com outras cadeias produtivas.

Referências

BONAMIGO, I. S. ; RENK, A. ; DORIGON, C. **O bem-estar animal e o bem estar dos agricultores frente aos mercados agroalimentares mundializados**. In: VII Encontro Nacional de Estudos do Consumo; III Encontro Luso-Brasileiro de Estudos do Consumo; I Encontro Latino-Americano de Estudos de Consumo. **Anais...** Rio de Janeiro: ENEC, 2014. p. 1-17.

CEPEA. **Desenvolvimento metodológico e cálculo do PIB das cadeias produtivas do algodão, cana-de-açúcar, soja, pecuária de corte e leite no Brasil**. Piracicaba: Cepea/ESALQ-USP, 2011. 57 p.

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2010/2011**. Florianópolis: Epagri/Cepa 2012. 184 p.

EPAGRI. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2014/2015**. Florianópolis: Epagri/Cepa 2016. 153p.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. **World Livestock 2013: Changing disease landscapes**. Rome: FAO/ ONU, 2013. 111 p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Pecuária Municipal 2003-2014**. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=74&z=t&o=24>>. Acesso em: 02, jun. 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1970/1975/1980/1885/1995/1996/2006**. Rio de Janeiro, 2007.

USDA - UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. FOREIGN AGRICULTURAL SERVICE. **Dairy: World markets and trad**. USDA/FAS, 2009. Disponível em: <<http://www.fas.usda.gov/dlp/circular/2009/122909dairyfull.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2016. ■